

Violência digital, emergência climática e participação efetiva das mulheres: Autoridades da América Latina e do Caribe acordam ações chave durante encontro do MESECVI em Fortaleza

Fortaleza, 17 de dezembro de 2025 – Diante de desafios urgentes que atravessam a região e impactam diretamente os direitos das mulheres, Ministras da Mulher, altas autoridades governamentais, integrantes do Comitê de Peritas do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e organizações da sociedade civil reuniram-se em Fortaleza, Brasil, em um encontro regional que culminou na adoção de compromissos para fortalecer a resposta à violência digital baseada em gênero, às violências exacerbadas pela emergência climática, e para avançar rumo à participação plena e efetiva das mulheres na América Latina e no Caribe.

De 9 a 12 de dezembro, a cidade de Fortaleza sediou a XXII Reunião do Comitê de Peritas (CEVI), a X Conferência de Estados Parte (CEP) e o Fórum de Organizações da Sociedade Civil, reafirmando o papel do MESECVI como espaço de diálogo político e técnico em defesa dos direitos das mulheres.

Sob a presidência do Brasil, liderada pela Ministra das Mulheres, Márcia Lopes, o encontro reuniu autoridades e Peritas do CEVI de 22 Estados Parte¹, e contou com a participação do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Albert Ramdín; da Secretária-Geral Adjunta da OEA, Laura Gil; da Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres, Alejandra Mora Mora; e da Secretária Técnica do MESECVI, Luz Patricia Mejía Guerrero.

Mais de uma centena de representantes de organizações de mulheres e da sociedade civil participaram do encontro, incluindo jovens, mulheres indígenas e afrodescendentes, mulheres com deficiência, mulheres com HIV, trabalhadoras domésticas e mulheres trans, entre outras lideranças do movimento feminista regional. Também estiveram presentes representantes de agências internacionais e de cooperação, como ONU Mulheres, UNFPA e CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe. O encontro contou ainda com o apoio do programa ATUEMOS para eliminar a violência contra as mulheres, uma iniciativa conjunta da ONU Mulheres e da União Europeia.

Um dos marcos mais relevantes dos quatro dias de atividades foi a adoção da Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência Digital contra as Mulheres com Base em Gênero, um instrumento que posiciona a região na vanguarda da resposta e da regulamentação das diferentes formas de violência praticadas ou instigadas por meio do uso

¹ Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai.

de tecnologias digitais, que afetam de forma desproporcional mulheres, adolescentes e meninas.

A Lei Modelo foi adotada pelo Comitê de Peritas após mais de dois anos de trabalho coletivo e consultas regionais. Na mesma reunião, o CEVI elegeu sua nova diretiva: Miriam Roache, de São Vicente e Granadinas, foi nomeada presidenta, tornando-se a primeira Perita do Caribe anglófono a assumir essa função. Também foram eleitas como vice-presidentas as Peritas Mónica Maureira (Chile) e Yildalina Tatem Brache (República Dominicana). O Comitê acordou, ainda, avançar em temas prioritários da agenda regional, como a violência econômica contra as mulheres em contextos intrafamiliares e a elaboração de uma Recomendação Geral sobre violência contra mulheres indígenas.

A inauguração da X Conferência de Estados Parte, presidida pela Ministra das Mulheres do Brasil, Márcia Lopes, e pelo Secretário-Geral da OEA, Albert Ramdin, foi marcada por uma emocionante homenagem a cinco Peritas do CEVI que completaram vinte anos de trajetória no Mecanismo: Leila Linhares Barsted (Brasil), Susana Chiarotti (Argentina), Barbara Bailey (Jamaica), Hilda Morales (Guatemala) e Miriam Roache (São Vicente e Granadinas).

A cerimônia também incluiu um ato público de desculpas do Estado brasileiro, juntamente com o Poder Judiciário e o Ministério Público do Estado do Ceará, a Maria da Penha, reconhecendo sua responsabilidade pelas omissões e injustiças cometidas no caso que deu origem à Lei Maria da Penha, em cumprimento às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O gesto representou um marco histórico de reparação e reconhecimento, não apenas pelas violências sofridas, mas também pelo impacto transformador de sua luta em prol dos direitos das mulheres.

Durante dois dias de sessões, a X Conferência de Estados Parte do MESECVI abordou os desafios urgentes e as formas persistentes de violência contra as mulheres na região, por meio de painéis de alto nível com ativa participação da sociedade civil. A apresentação da Lei Modelo sobre Violência Digital deu início a um diálogo entre autoridades nacionais sobre sua implementação e a necessidade de fortalecer a resposta estatal a partir de uma perspectiva integral. Nesse contexto, os Estados Parte reafirmaram seu compromisso em incorporar o instrumento em seus marcos normativos, planos e programas, e promover uma governança digital com perspectiva de gênero, estabelecendo obrigações e responsabilidades claras para plataformas e intermediários da internet.

Outros temas centrais abordados incluíram a desinformação de gênero e a violência política; as violências agravadas pela emergência climática; e a proteção das defensoras dos direitos das mulheres, do meio ambiente e dos territórios, especialmente em contextos de vulnerabilidade e retrocesso. Também foi discutido o papel estratégico dos dados para o fortalecimento das políticas públicas, com a apresentação do Quarto Relatório Hemisférico.

Ao final da Conferência, as autoridades nacionais adotaram a Declaração sobre Democracia, Emergência Climática, Ambientes Digitais e Novas Formas de Violência contra as Mulheres. O documento sublinha a urgência de enfrentar as violências agravadas pela emergência climática e pelos ambientes digitais, e de garantir a participação igualitária das mulheres em todos os níveis de decisão, livre de violência e discriminação.

Em consonância com a COP 30 e o Plano de Ação de Gênero, a Declaração articula essas prioridades com os compromissos assumidos no marco da Convenção de Belém do Pará. Reconhece ainda o papel fundamental das defensoras dos direitos humanos, do meio ambiente e dos territórios, e destaca a necessidade de incorporar abordagens interseccionais, interculturais e de gênero em todas as políticas públicas, fortalecer os sistemas de cuidado, erradicar os estereótipos de gênero, promover a justiça climática e garantir marcos normativos eficazes para enfrentar a violência digital e fomentar o desenvolvimento ético das tecnologias.

Paralelamente às reuniões oficiais, o encontro contou com uma agenda repleta de eventos paralelos que reafirmaram o papel do MESECVI como um espaço fundamental de intercâmbio e incidência. O Fórum de Organizações da Sociedade Civil, organizado pela Articulação Regional Belém do Pará em conjunto com organizações de mulheres da região, consolidou-se como um espaço de formação política, liderança e articulação, acompanhado por eventos paralelos sobre misoginia digital, acesso à justiça, participação de adolescentes e mulheres jovens e a apresentação da Recomendação Geral nº 5 sobre violência contra mulheres afrodescendentes, organizada pelo UNFPA, pelo MESECVI e pelo Ministério da Mulher do Brasil.

O encontro em Fortaleza reafirmou o compromisso regional de fortalecer o MESECVI como plataforma estratégica diante das novas formas de violência contra as mulheres. Em um contexto de ameaças aos avanços conquistados, a adoção da Lei Modelo sobre Violência Digital, a Declaração da Conferência de Estados Parte e a ativa participação da sociedade civil ressaltaram a urgência de proteger os direitos conquistados e seguir avançando rumo a uma região mais justa, segura e igualitária para todas as mulheres e meninas.